cial. Em primeiro lugar, o sacrifício de culturas tais como o arroz, o feijão, o milho e a mandioca pode comprometer o abastecimento do mercado interno, além de atingir um contingente considerável de pequenos proprietários que terão que buscar terras mais distantes para suas plantações, ou que ser absorvidos como mão-de-obra da própria cultura canavieira. Em segundo lugar, a invasão de áreas de produtos de exportação, tais como o algodão, o amendoim, a laranja e a mamona conflita com a necessidade de equilíbrio da nossa balança comercial. Por último, cabe verificar as conseqüências do avanço sobre áreas de pastagem, que poderá resultar no deslocamento da pecuária para a região Centro-Oeste do país (onde o preço da terra é mais baixo) ou na adoção de uma prática de pecuária intensiva.

A expansão da área de cana-de-açúcar na região Norte-Nordeste, para atender às exigências do PROÁLCOOL, apresenta características distintas. Enquanto que os estados de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte dispõem de terras aptas para o desenvolvimento da cultura canavieira, Pernambuco já evidencia um elevado grau de saturação de terras destináveis à cultura.

Diante deste quadro fica a dificuldade de se compatibilizar a necessidade de expansão da área de cana com os limites impostos pela carência de áreas «agricultáveis», principalmente nas regiões próximas dos grandes centros urbanos. ✱

CACAU

Cresce a produção brasileira

A produção da safra brasileira de 1979/80 (01/05/79 a 30/04/80) deverá alcançar a produção recorde de 320 mil toneladas. A safra temporã de 1979, produzindo 3,2 milhões de sacas de amêndoas (61% do volume total produzido), contribuiu de forma decisiva para o atingimento dessa marca. Esse desempenho significará, para o Brasil, a reassunção da 1ª posição no mercado mundial, juntamente com a Costa do Marfim.

Em relação ao ano agrícola internacional, expirado em 30/09/79, a produção brasileira alcançou a marca de 297 mil toneladas, volume superior em 12% ao do ano anterior. A próxima safra temporã, cuja produção é contabilizada no ano agrícola internacional 1979/80, está estimada em 3 milhões de sacas, o que, caso se configure, alçará a oferta brasileira à casa das 315 mil t. A performance da safra intermediária está condicionada à ocorrência de condições climáticas favoráveis à cultura ao longo da fase final de seu desenvolvimento e colheita. A ocorrência de um longo período de estiagem em fins de 1979 e a incidência de chuvas excessivas no período janeiro-fevereiro deste ano, já provocaram prejuízos, ainda que parciais, à cultura.

De qualquer modo, será esta a primeira safra internacional de que participam os cacauais implantados ou renovados por intermédio do Procacau. Embora o aumento da oferta do produto nacional, via Procacau, seja pequeno, poderá exercer alguma influência sobre os preços do mercado internacional. Isto porque os estoques mundiais no momento são elevados (500 mil t). Conseqüentemente, essa maior produção interna demandará uma ação mais firme dos responsáveis pela política de comercialização do país, juntamente com os demais países produtores, objetivando a sustentação dos preços internacionais.

No plano interno, a contrapartida do aumento progressivo da produção brasileira tem sido a exigência de contingentes crescentes de mão-de-obra temporária, a custos mais elevados. Além disso, o aprimoramento das condições de armazenagem para manutenção de estoques por prazos superiores aos praticados atualmente, com objetivo de atender à política de exporta-

ção, tem sido um fator a mais a onerar os custos de produção.

Em 1979, a receita de exportação proporcionada pelo cacau e seus derivados alcançou 949 milhões de dólares, 14% a mais do que a do ano anterior. O volume exportado, calculado em equivalente em amêndoas, foi de 297.667 t, 22% superior à exportação de 1978. Já o preço médio de US$ 3.188,00 por tonelada de amêndoas, 7% abaixo do recebido em 1978, refletiu a tendência baixista que perdurou, ao longo de 1979, no mercado internacional. Isoladamente, o preço médio do produto "in natura" exportado foi de US$ 3.103,00/t, significando uma quebra de 8% em relação àquele obtido em 1978. Indica, também, uma valorização dos produtos semi-industrializados (manteiga, pó, liquor etc.).

Em moeda nacional, à taxa de câmbio média de Cr$ 26,818/dólar, o preço médio interno, em 1979, foi de Cr$ 83.994,00/t. Estimando-se que o produtor brasileiro de um modo geral recebe 70% do preço médio exportado, conclui-se que a sua receita bruta foi de Cr$ 58.796,00/t no ano passado. Em termos nominais, este preço médio foi 46,5% superior ao de 1978, o que, em face da taxa inflacionária do ano passado, indica uma redução na renda bruta do produtor interno, fato incompatível com a preconizada política do governo de valorização da produção agrícola.

No âmbito internacional, o ano de 1979 caracterizou-se por mudanças nas políticas de comercialização dos países produtores, visando a conter a tendência baixista do mercado, em face da expectativa de recessão nos países consumidores. Maior repressão ao contrabando em Gana, estocagem de grandes quantidades de amêndoas na Costa do Marfim e alterações nas políticas cambial e fiscal do Brasil, além da tentativa de implementação de um programa de comercialização integrado dos países produtores, foram os fatos que se destacaram em 1979. De todas as medidas, porém, merece realce especial a ação conjunta que pretendem exercer os países produtores, no sentido de sustentar as cotações do mercado internacional. Nas últimas reuniões para renovação do Acordo Internacional do Cacau, ficou demonstrada essa disposição dos países produtores, ao recusarem unanimemente preços inferiores a US$ 1,20 por libra-peso de amêndoa, para a formação de estoques reguladores. Desde então, os países produtores vêm-se movimentando no sentido de levantar os recursos financeiros do Acordo, num montante aproximado de US$ 200 milhões, com a finalidade de implementar uma estratégia de sustentação de preços, à semelhança da que hoje executa o Fundo de Bogotá para o café. Embora haja convicção no êxito de tal movimento, seus resultados só se evidenciarão a médio prazo.

No conjunto de decisões efetivadas pelos países produtores visando à sustentação de preços, a medida de maior fundamento e impacto foi tomada pela Costa do Marfim que, em face de uma conjuntura desfavorável do mercado, resolveu financiar a estocagem de amêndoas, retirando-se do mercado por prazo indeterminado.

No caso do Brasil, a política de comercialização externa dos produtos primários parece tomar novos caminhos a partir das medidas adotadas em dezembro de 1979, das quais destacam-se a desvalorização do cruzeiro e a criação de impostos de exportação para os produtos agrícolas de um modo geral, inclusive o cacau e seus derivados. Tais medidas foram julgadas, a princípio, como prejudiciais às indústrias semi-processadoras de amêndoas, pela redução das vantagens que vinham embutidas nas isenções fiscais e nos incentivos à exportação de produtos industrializados. Atualmente, os produtores consideram que com as mudanças na política de exportações primárias, houve maior poder de confisco sobre suas receitas do que sobre a dos moageiros. Isto porque, até então, os produtores brasileiros recebiam percentuais elevados dos preços de exportação,

após convertidos em cruzeiros. Agora, com a aplicação do Imposto de Exportação às amêndoas e derivados exportados (16%) o nível máximo alcançável é de 61% sobre a cotação FOB negociada, o que representa uma queda da ordem de 13% em relação aos níveis alcançados anteriormente.

Além disso, num mercado que passa por conjuntura baixista, a determinação oficial de fazer correções cambiais futuras sempre inferiores à taxa de inflação interna, sem que se tenha definido uma política realmente eficaz de sustentação dos preços no mercado externo, facilita a previsão de redução gradativa na remuneração do produtor brasileiro.

No plano específico da estrutura de produção, a região cacauicultora tradicional da Bahia tem sofrido, nos últimos anos, algumas mudanças na estratificação fundiária das propriedades, com o surgimento de maior número de produtores médios. Esse novo segmento de cacauicultores é, de um modo geral, formado por profissionais liberis radicados na região que, em face da conjuntura favorável do mercado a partir de 1975, e das facilidades creditícias oferecidas pelo governo, resolveram investir na cultura. Contudo, sem dispor de uma infra-estrutura de produção semelhante à dos grandes produtores (que contam com razoável percentual de mão-de-obra fixa) e sem contar com a possibilidade de utilização de mão-de-obra familiar, característica dos pequenos lavradores, esses novos cacauicultores passaram a disputar, em inferioridade de condições em relação aos grandes produtores, a mão-de-obra temporária necessária ao sistema de produção, justamente no momento em que esses trabalhadores escasseavam em função da expansão da cultura.

Assim, dentro desse quadro de preços reais comprimidos pela nova política de comercialização e de alta constante nos preços internos dos fatores de produção, a conseqüência é a redução da remuneração líquida do produtor. A menor rentabilidade dos empreendimentos induzirá os novos cacauicultores à alienação das propriedades, a fim de resgatarem os financiamentos obtidos e redirecionarem suas atividades. Os grandes produtores da região, com a possibilidade de adquirirem propriedades duplamente desvalorizadas (menor rentabilidade do empreendimento e elevado número de oferta de fazendas ao mesmo tempo), serão os grandes beneficiários da conjuntura desfavorável que se avizinha, levando à concentração da propriedade fundiária e aumentando as disparidades sociais na região.

Além disso, os grandes produtores são ainda beneficiados pela possibilidade de diversificação de suas lavouras (dentro dos programas creditícios especiais), forma encontrada para mobilizar as áreas disponíveis das grandes propriedades, em associação com o aprimoramento do sistema de produção de cacau visando a maior produtividade. Caso ocorra maior redução na rentabilidade da cultura, estes produtores poderão neutralizar as possíveis perdas com o produto principal, através de outras receitas, provenientes de lavouras formadas segundo os programas de diversificação mencionados.

A situação dos produtores de cacau da região Norte do país, instalados através dos projetos de colonização, deverá ser razoavelmente mais estável, visto que tais projetos abrangem sistemas de diversificação de culturas paralelamente à implantação de novos cacauais, possibilitando um equilíbrio maior dos rendimentos da propriedade, identicamente aos grandes produtores da Bahia.

Ainda como conseqüência da indefinição a respeito da política de exportações que será adotada para o setor, fica difícil prever o volume total de cacau a ser exportado pelo Brasil em 1980. No entanto, considerando-se que o Brasil consiga exportar a mesma quantidade de 1979 e que os preços inter-

nacionais se mantenham nos níveis atuais, 20% inferiores aos da mesma época do ano passado, o valor total das exportações brasileiras de cacau não deverá ultrapassar o patamar de US$ 800 milhões, ficando 16% abaixo do obtido em 1979.

CAFÉ

US$ 3 bilhões: um objetivo difícil para 1980

O IBC anunciou há aproximadamente dois meses, que o Brasil exportaria 15 milhões de sacas de café em 1980. Algumas semanas depois, esta meta foi oficialmente cancelada. As autoridades passaram a afirmar, apenas, que o país faria, este ano, um grande esforço de vendas, objetivando aumentar sua participação no mercado internacional e maximizar a receita de exportações de café.

Evidentemente, esta modificação de retórica pretende reduzir os efeitos baixistas decorrentes de um comportamento mais agressivo que o Brasil desenvolverá no mercado internacional. O anúncio da quantidade adicional que se deseja vender (mais 3 milhões de sacas do que em 1979); poderia ser considerado um indicador da disposição do país de renunciar à política de sustentação de preços. Em um mercado especulativo como o do café, quanto menos informações os demais participantes dispuserem a respeito de uma estratégia de vendas que se deseja implementar, maior a possibilidade de sucesso desta estratégia.

Assim, com a nova retórica, as informações realmente relevantes não ficam esclarecidas, pois se restringem a uma afirmação bastante vaga sobre um "grande esforço de vendas". E, uma vez definido o quadro estatístico do mercado, que aponta para uma situação de relativa estabilidade, as políticas de comercialização dos países participantes dos negócios com o café poderão determinar as tendências de preço a curto e médio prazos. Neste sentido, a coesão dos países produtores em torno do Grupo de Bogotá, e a forma pela qual o IBC tentará viabilizar a exportação da quantidade pretendida, são fatores de suma importância para a definição do comportamento futuro das cotações. Os acertos e erros que o Brasil e o Grupo de Bogotá cometerem, principalmente até meados de maio próximo, quando novamente as cotações serão influenciadas pelo risco de geadas no Brasil, determinarão as receitas de exportação dos países produtores em 1980.

O comportamento surpreendente das cotações do café a partir de maio do ano passado decorreu, justamente, de alguns desacertos dos principais países produtores (ver Agroanalysis, vol. 3 nº 9). Da mesma forma, os resultados pouco animadores das exportações de café do Brasil, em 1979, foram conseqüência de desacertos idênticos, demonstrando o perigo da indefinição de uma estratégia de vendas, principalmente quando o mercado está equilibrado.

Em maio, as cotações estavam oscilando pouco acima de US$ 1,50/lb-peso (ver Gráfico 1) quando, no final do mês, algumas regiões produtoras do Brasil foram atingidas por geadas. A resposta à incerteza quanto à extensão dos danos provocados pela geada foi imediata. Em junho, os preços aumentaram continuamente e romperam a barreira dos US$ 2,00/lb-peso.

A expectativa no mercado, na época, era de que as cotações se sustentariam acima daquele patamar até o início de agosto e, na medida em que fosse ultrapassado o período de maior risco de geadas, declinariam continuamente. Esta hipótese de comportamento dos preços era ainda reforçada pelo fato de que os importadores não poderiam se ausentar do mercado nos meses de frio, em função dos níveis reduzidos de seus estoques. Nos últimos anos, os importadores vêm adotando a prática de antecipar para abril, maio, e primeiros dias de junho, suas compras relativas a junho e julho. Isto porque, a partir de meados de maio até meados de agosto. o mercado apresenta-se